

Abuso sexual de crianças na família:

Reflexões psicanalíticas

Lucía Barbero Fuks

Como compreender o que se passa mente dos envolvidos no abuso sexual - a criança, a mãe, o pai? Aqui, algumas direções para pensar o problema, e algumas sugestões para o trabalho com estas famílias.

A psicanálise viu-se levada a marcar posições, nos últimos vinte anos, em diversos campos clínicos. Uma maior abertura para as questões sociais, aliada a uma freqüente inserção em trabalhos institucionais, levaram-na a enfrentar variados desafios associados à gravidade dos problemas, à magnitude da demanda e a uma maior complexidade das intervenções.

A própria difusão e penetração cultural da psicanálise leva-a cada vez mais a ser solicitada, inclusive em espaços alheios às instituições assistenciais de saúde, como é o caso da medicina legal ou das varas judiciais. Torna-se presente, nessas situações, tanto o convívio como a confrontação, necessária - e em boa medida

interessante e enriquecedora - com outras disciplinas, outros profissionais e outros pontos de vista, associados a uma compreensão teórica ou clínica dos fenômenos psíquicos em jogo, diferente da nossa.

A questão do abuso sexual no contexto familiar — sendo este o incesto que *se consuma*, não ao modo do mito de Édipo, mas com implicações não menos trágicas — é hoje objeto de um investimento significati-

Lucía Barbero Fuks é psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise, professora do Curso de Psicanálise e coordenadora do curso Clínica Psicanalítica: Conflito e Sintoma, todos no Instituto Sedes Sapientiae. Este artigo se baseia num trabalho apresentado na I Jornada do CEARAS sobre Abuso Sexual, São Paulo, novembro de 1997.

vo em diversos lugares do mundo. Esse interesse está associado em boa medida ao combate à violência e à preocupação mais abrangente com a criança, com a mulher e com a família. O abuso sexual infantil supõe a exploração de uma relação de poder sobre as crianças para a gratificação sexual de um adulto ou de outra criança significativamente maior. O fator que o define é a *relação de poder* e a incapacidade das crianças em dar um consentimento informado. Qualquer participação de crianças em atividades sexuais nesse contexto implica, portanto, numa *traição da confiança* depositada naqueles que, em oposição à vulnerabilidade infantil, detêm um conhecimento, capacidades e acesso maior aos recursos.

Tornam-se necessárias, assim, delimitações conceituais e a análise cuidadosa das alternativas de compreensão e intervenção para o trabalho que vem se desenvolvendo neste difícil terreno.

O incesto e suas conseqüências

Se uma ampla definição do incesto seria “gozar sexualmente com os pais”, devemos, em primeiro lugar, delimitar o *conceito de incesto para a psicanálise* e, depois, o *conceito de incesto como abuso sexual*.

Segundo Serge Leclair, o conceito de incesto para a psicanálise se refere à situação edipiana e, dentro dela, especificamente à situação pré-edipiana na relação com a mãe¹. Esta teria de cumprir duas funções: uma nitidamente biológica, ligada aos cuidados que asseguram a sobrevivência da criança, e outra que não possui uma delimitação tão clara, já que visa mais a erogeneidade, mas que também cumpre uma função importante. Não poderíamos lhe outorgar o lugar de uma *necessidade vital*, mas ela é vital para o psiquismo. A mãe que cumpre sua função estaria conciliando os dois aspectos.

O abuso sexual infantil no contexto familiar é a consumação do incesto, caracterizado por uma relação de poder sobre a criança.

E o pai, que lugar ocupa? No contexto do conflito pré-edípico, cabe a ele cumprir uma função de clivagem, de introdução da lei. Quando isso não acontece, configura-se a situação de incesto mãe-filho. Falo aqui da relação com a mãe, tanto para a menina quanto para o menino. Se uma criança goza sexualmente com a mãe, isso indica que algo não funciona com a figura do pai.

Estamos falando em tomar o corpo da mãe como objeto sexual, desde que se leve em conta que não se trata de sexualidade acabada, adulta. Trata-se de tomar o corpo como objeto de uma pulsão ou do conjunto de pulsões parciais.

Todo o processo de desenvolvimento (fases libidinais) deixa em aberto diferentes possibilidades, que podem ser reativadas posteriormente, através da regressão. E como a força pulsional é constante na procura de satisfação, os caminhos já percorridos e nunca esquecidos podem ser reabertos facilmente. Como caracterizar então, utilizando os recursos conceituais da psicanálise, esse encontro tão particular que ocorre na situação incestuosa já como *abuso sexual*, principalmente tratando-se de um adulto (geralmente um pai) e uma criança (geralmente uma filha)? Trata-se pro-

priamente de um “encontro” no sentido de algo que suponha, para além da assimetria, alguma reciprocidade, identificação, um movimento de colocar-se no lugar do outro, um reconhecimento dessa alteridade do outro?

Isso é duvidoso, pelo menos no caso do protagonista adulto.

O pai abusador

O pai *perverso* não tem condições de “representar-se as representações do outro”, de reconhecer suas emoções e pensamentos.

Ele percebe apenas seu próprio mundo mental e é de um modo genuinamente sincero que goza com sua filha/filho: sem nenhuma representação das perturbações que possam ser infligidas à criança. Funciona em uma espécie de “recusa às avessas” (perversa) da sexualidade infantil.

Alguns autores ingleses situam, como fator que predispõe essa dificuldade na relação com o outro, certo determinismo sócio-cultural no nível da sexualidade masculina. Para Glaser e Frosh, membros do Lewisham and North Southwark Child Sexual Abuse, de Londres, a masculinidade tradicional tende à dominação, atitude que valoriza a competitividade e deixa de lado a intimidade. Existe o temor à emoção, identificada como traço feminino. Esse medo da emoção faz com que o sexo seja sobre- e sub- investido pelos homens. O sexo é, assim, um dos poucos modos aceitos pelos homens para aproximar-se dos outros, e, como tal, converte-se em portador de todos os desejos não-expressos que a “ignorância emocional masculina” produz. No entanto, esse mesmo poder da emoção faz com que ela se torne perigosa para os homens cuja identidade está construída sobre sua rejeição. “O sexo, então, fratura-se, limitando-se à atividade do pênis, num ato mais do que num encontro”.²

O sexo torna-se assim uma maneira de passar a ocupar um lugar especial no mundo dos homens: a conquista sexual como símbolo da potência masculina.

A relação entre essa forma de masculinidade e o abuso sexual fica visível: o abuso, em geral, seria inerente a uma modalidade de organização da personalidade que rejeita a intimidade. O sexo como triunfo transforma-se facilmente em sexo como rejeição e degradação do outro.

Podemos conceber o pai abusador como um indivíduo com essas características, apesar de se comportar em muitos aspectos de sua vida de forma pacata e até moralista, e que tem a particularidade de utilizar-se do poder paterno para transformar a intimidade de sua família num reduto reservado à realização impune deste ideal sexual onipotente e narcísico. Pode estar sustentado, nesse contexto, por um fantasma coletivo que foi delineado pela psicanálise a través da teoria-mito da *borda primitiva* e do *proto-pai* da mesma. Aquele cuja derrubada é necessária para entrada da lei da cultura na constituição e o desenvolvimento da subjetividade humana.

Por outra parte, este ser único, capaz de ultrapassar o tabu fundamental da cultura e fundante do desejo humano para ter acesso a um gozo de caráter absoluto, goza, em sua faceta de sedutor, do poder de escolher a quem iniciar, a quem conceder o privilégio *narcísico* de acesso a um prazer *erótico* prematuro e proibido.

Do lado da criança

Seria errôneo ver do lado da filha exclusivamente a dimensão traumática, concebida como excesso quantitativo que atropela e ultrapassa os recursos defensivos e elaborativos. A sedução sexual difere de outras violências físicas por-

que está dirigida à satisfação sexual do sedutor e ao despertar de sensações sexuais na vítima. Ainda sendo passiva fisicamente, a criança participa psiquicamente na atividade sedutora através de desejos, afetos, fantasias que podem facilitar, contrariar ou complicar a sedução propriamente dita.

Não reconhecer isso equivaleria a ignorar o longo percurso realizado pela psicanálise em torno destas questões. Nos primeiros tempos, a *cena de sedução* incestuosa acontecida na infância aparece como um achado clínico, a partir do trabalho de rememoração iniciado com adultos neuróticos, ganhando valor etiológico como fator predisponente. A participação do sujeito infantil, neste acontecimento, é concebida por Freud como totalmente passiva e de repercussão afetiva li-

O pai perverso não tem condição de “representar-se as representações do outro”, nem de reconhecer suas emoções e pensamentos.

mitada, dada uma hipotética condição *pré-sexual* do momento evolutivo da criança. Essa cena adquire um caráter traumático *a posteriori*, ao ser ressignificada por uma *segunda cena* em que o sexual pode estar presente em forma apenas alusiva e que acontece depois da maturação puberal. A sobrecarga de excitação (traumática)

dispara um mecanismo de defesa *repressivo* que conduz, ulteriormente à formação dos sintomas neuróticos.

Com o progresso da investigação clínica e da teoria, a subjetividade da criança é concebida como ativa produtora de *fantasias* eróticas de matiz explícito ou veladamente incestuoso, como expressão ou manifestação de uma intensa vida pulsional. Passando pela formulação de diversas e variadas “teorias sexuais”, ela chega a representar-se, por volta dos cinco anos, a vida sexual dos adultos em uma versão bastante próxima da realidade. Nas encenações imaginadas pelo fantasiar, a criança ocupa frequentemente, por *identificação*, o lugar reservado a um dos pais. A hiperestimulação resultante de episódios reais de sedução conduziria a *fixações* libidinais e a uma patologização das fantasias concomitantes.

Sabemos que a teorização do Complexo de Édipo por Freud o leva a ocupar um lugar nodal tanto no plano psicopatológico quanto no nível do processo de sexuação inerente a todo ser humano e sua inserção na cultura pela constituição do ideal do ego. A renúncia pulsional, ou o abandono do objeto sexual infantil, passa a ser condição necessária para o estabelecimento das identificações propiciatórias de um devir sexual exogâmico.

A própria “entrada” no Édipo, o voltar-se para o pai no caso da menina, permite o abandono da mãe como objeto sexual e um certo apaziguamento da relação intensamente ambivalente carregada de ressentimento narcísico (complexo de castração) que a criança mantém com ela no final da fase pré-edípica a que se referia Leclaire. Sabemos, por exemplo, da importância que dava Freud ao desenvolvimento das fantasias de “ter um filho com o pai” como indicando a existência de um processo de alta eficácia simbólica (a série das

equivalências simbólicas) na elaboração de uma posição *feminina* que envolve a própria erogeneização da cavidade vaginal. É importante que o afeto do pai permita prestar o *suporte* necessário a este delicado movimento, sem que um agir pulsional sexual *real* venha a invadir este espaço tão importante para a vida psíquica da criança, provocando sua fragmentação patógena (Ferenczi). É com esta perspectiva, ou com este tipo de formulações, que tendemos a pensar hoje a dimensão do *traumático* nas situações de incesto, para além da dimensão de submissão dentro de uma relação de poder.

Podemos dizer que o tempo todo estão presentes o aspecto pulsional da criança e sua conjuntura evolutiva, os caminhos que estão sendo transitados e aqueles já percorridos, porém reativáveis, na busca da satisfação. Desde este ponto de vista, a não-proibição do adulto-pai autoriza a consecução do prazer. E poderíamos supor que esse prazer existe inicialmente, embora esteja misturado com constrangimento, porque também está em jogo uma relação de poder. Na figura do pai incestuoso amalgamam-se o excesso transgressivo, o abuso de poder e a omissão de interdição enquanto representante falido da lei cultural. O pai incestuoso renega a lei cultural, impondo a lei de seu próprio desejo.

Todas essas dimensões configuram o efeito de violência sobre a subjetividade da criança. As consequências nesse plano dependerão de seu grau de estruturação simbólico-libidinal. É diferente pensar nos processos de genitalização precoce e transgressiva operando nos níveis edipianos (neuroses, perversão) e considerar os seus efeitos numa organização pré-edipiana perversopolimorfa (desestruturação, somatizações, psicoses).

Temos diversas provas de que os efeitos posteriores do abuso sexual são prejudiciais à criança. Os

sintomas que aparecem freqüentemente são depressão, culpa e diminuição evidente da auto-estima. Entre os efeitos a curto prazo, observa-se também a aparição de fobias, atraso escolar e enurese. E, mais tardiamente, gravidezes na adolescência e tentativas de suicídio.

As vítimas de abuso sexual mostram uma tendência a sexualizar todas suas relações, como uma tentativa de receber afeto, o que contribui para a configuração de um círculo vicioso. Na adolescência, isso

Embora fisicamente passiva, a criança participa psiquicamente na atividade sedutora, o que implica um efeito de violência sobre a sua subjetividade.

pode levar a um quadro autodestrutivo de promiscuidade, pelo estabelecimento de diversas relações igualmente abusivas.

A mãe

No trabalho clínico vemos que os adultos que sofreram abuso sexual na infância ficam lesados em sua auto-estima, especialmente no que se refere à auto-imagem narcísica sexual. Em consequência disso, a vulnerabilidade das mulheres em relação a homens sexualmente exploradores aumenta, e sua capacidade de proteger os filhos diminui.

Seguindo esse caminho, é possível verificar que a ocorrência do abuso sexual pode prejudicar várias gerações. Existe uma vinculação estatisticamente significativa entre ter sofrido abuso na infância e ter filhos que por sua vez passam pela mesma experiência.

Essa repetição corroborada na clínica deixa margem, no entanto, para uma interrogação quanto ao modo como essa continuidade intergeracional se produz.

Stephen Frosh o enuncia nos seguintes termos: "O desconcertante é que o encadeamento estatístico descende pela linha materna (*mulheres* que foram abusadas quando crianças têm *filhas* que são objeto de abuso) e, no entanto, são os homens que, na realidade, abusam (alguns terão sido também abusados na infância, mas esse fato deixa ainda sem explicação o encadeamento materno)." Podemos pensar em várias possibilidades.

- A confusão entre afeto e atividade sexual experimentada por crianças que foram objeto de abuso as converte, no futuro, em alvos fáceis para exploradores sexuais.

- O vínculo afetivo com o pai pode continuar e a manutenção dessa proximidade aumenta o risco para seus próprios filhos, sendo freqüente que um homem que abusou de uma filha venha a fazê-lo com as netas ou netos.

- Pela história de vida da mãe, essas mulheres acreditam que as relações mãe-filha são necessariamente competitivas, ambivalentes e hostis (essa crença é transmitida como algum tipo de legado). As próprias necessidades insatisfeitas e a baixa auto-estima levam a que as intensas demandas de seus filhos provoquem nelas ansiedade e rejeição.

Tomando como referência as hipóteses psicanalíticas antes mencionadas, podemos postular a este respeito que a relação mãe-filha vista agora desde o lado da mãe, está impregnada pelas vicissitudes narcí-

sicas própria da fase pré-edipiana. A culpabilização da filha, inocentando o marido, pode fazer parte da mesma constelação.

A partir de estas considerações, poderíamos perguntarmos, também, se os fatos incestuosos se produzem sobre um fundo edipiano carregado de intensas ligações passionais

A identificação ansiosa com o agressor pode favorecer a tolerância aos comportamentos perversos.

e rivalidades ou, pelo contrario, num contexto psicicamente cindido, privado de uma configuração cênica genuinamente triangular.

Diversas interrogações surgem no momento de encarar uma inquietante constatação clínica: as contradições e ambigüidades presentes na atitude de mãe perante a situação de abuso.

Como pensar este papel? Que rejeição da "realidade sexual" que a rodeia opera quando ela persiste em "ignorar" os fatos? Que excessos se manifestam em seu papel erógeno quando, presa numa fantasia de rivalidade, ela só admite como "culpabilidade" possível uma intenção sedutora da filha? Por que não exerce a função interditora "paterna", que a teoria psicanalítica conseguiu situar como separada e

disponível para qualquer dos membros da dupla parental? Tenderia ela a facilitar inconscientemente a situação abusiva?

Ferenczi, que realiza uma análise ampla dessa problemática no trabalho sobre "Confusão de língua entre os adultos e as crianças", afirma que "a personalidade ainda tenuemente desenvolvida reage ao brusco desprazer, não pela defesa, mas pela identificação ansiosa e pela introjeção daquele que a ameaça ou agride." Abre-se então a possibilidade de que essa identificação opere condicionando não uma agressão direta, mas uma tolerância ou cumplicidade inconscientes.³

As conviências

Este determinismo complexo, próprio às situações de abuso sexual intrafamiliar, tem sido pensado a partir de diferentes vertentes teóricas. Alguns teóricos dos "sistemas familiares" trazem a questão do papel "causal" da mãe no abuso, e fazem uma distinção entre *causa* e *responsabilidade*. Sem diminuir a responsabilidade individual do agressor, dizem que o comportamento de todos os integrantes da família faz parte do problema.

O conceito de *causalidade circular* afirma que todo comportamento dos integrantes da família é, por definição, uma parte do problema até que este seja eliminado. Dentro desse quadro, é inevitável que as mães desempenhem um "papel" no abuso, papel este que consiste em *não saber* (e daí que o fracasso da comunicação entre elas e a criança seja o problema), ou em suspeitar e não conseguir tomar as medidas necessárias para detê-lo. Essa conduta tende a ser qualificada por estes pesquisadores como *conivência*.

Existe, ao mesmo tempo, um considerável potencial de confusão e manipulação da realidade por parte dos abusadores através do

controle da informação, bem como de outros recursos. As mulheres abusadas pelos seus companheiros nem sempre são conscientes disso no momento, já que o abuso emocional que subjaz todas as formas de violência implica numa distorção da realidade subjetiva que diminui a confiança nas próprias percepções.

Nos Estados Unidos, as feministas defendem o *direito de desconhecimento* das mães imersas nessa situação, no intuito de deixar clara a culpabilidade do homem. O abuso sexual a uma criança pode ser pensado como uma forma de violência sexual contra a mãe.

Por outra parte, Carol Ann Hooper, - autora norte-americana da Universidade de York que dedica muita atenção ao lugar da mãe na proteção ou desproteção dos filhos- destaca a complexidade da situação, chegando a denominar como *vitimização secundária* o efeito produzido na mãe pela suspeita inicial e a descoberta posterior do abuso do qual é objeto o filho (*vitimização primária*).⁴

Por que se fala em vitimização secundária? Porque a mãe está implicada na rede de relações afetivas, e assim, diferentemente do que ocorre num ataque externo, cada uma das pessoas comprometidas tem um vínculo próprio com essa mulher, a qual, de uma forma ou de outra, seria atingida por uma forte situação de perda.)

Podemos supor que, ao tomar conhecimento do abuso, a mãe é lesada de diversas maneiras. Em geral, isso aparece como uma "revelação", um momento de descoberta, embora posteriormente possamos ver que ela passou por longos períodos de dúvidas em relação a suas percepções. O que quer dizer que, perante os *indícios*, a mãe muitas vezes tenta *renegar suas próprias percepções*, no intuito de proteger uma certa unidade familiar, ou ainda por sentir medo da própria violência do agressor.

Diferentemente de outras situações de vitimização secundária, como a de maridos ou mães perante estupros, nesse caso a mãe tem relações antigas com o abusador. A situação configura-se como uma difícil escolha, e não é de forma imediata que a mãe passa a acreditar na filha, ou a querer que o companheiro saia de casa.

O papel das mães encontra-se fragilizado, e freqüentemente elas parecem “desistir” de ocupar os lugares de mulher e mãe; isto antecede, por vezes durante bastante tempo, a concretização do abuso.

Uma das vertentes considerada importante atualmente propõe o trabalho com as mães para fortalecê-las e assim conseguir um maior cuidado de seus filhos, já que é considerado mais importante que o agressor saia de casa e a criança continue dentro da vida familiar. Fica evidente nesses casos, porém, que toda a família está comprometida, e que a abordagem terapêutica deveria ser o mais abrangente possível.

Os autores que enfatizam a violência do abusador que vitimiza tanto mães como filhos com agressões sexuais e manobras de encobrimento, receiam que a posição dos psicanalistas venha minorar estas constatações, dividindo as culpas, descriminando o abusador e descharacterizando, através da postulação da universalidade dos desejos incestuosos, a situação de abuso que se verifica objetivamente nestas famílias.

Sempre poderia imputar-se a uma psicanálise ingênua o achado de fantasias incestuosas e condutas sedutoras nas crianças incluindo a fabricação imaginária de cenas inexistentes; sempre se poderia acusar à mãe de ser uma cúmplice inconsciente ou de não reagir por reprimir histericamente a percepção da sexualidade que a rodeia, por ser ela também portadora de desejos incestuosos e rivalizantes com a filha em decorrência de sua própria

estrutura neurótica. Temos apontado a complexidade das fantasias incestuosas, assim como a variabilidade de sua significação a cada momento do desenvolvimento libidinal. Por outra parte, Ferenczi tem enfatizado seu caráter lúdico, que tende a ser confundido pelo adulto que não consegue representar-se adequadamente a sexualidade e o psiquismo da criança.

Que as repressões e cumplicidades inconscientes da mãe existam, e a clínica parece testemunhá-lo com certa freqüência, não impede que elas venham a ser aumentadas pela situação de submissão e o efeito das manipulações.

O *traumatismo sexual precoce* tem passado por vários momentos de revalorização na história da psicanálise, em uma diversidade de aspectos teóricos e clínicos, e hoje atravessamos, possivelmente, um deles. Neste sentido, as observações realizadas por todos aqueles que se envolvem em este difícil terreno das situações de violência e abuso sexual intrafamiliar, são do maior interesse.

Por que as crianças não falam?

A resistência a falar deriva principalmente do temor de perder o afeto ou a boa vontade do abusador, de que não acreditem nela, ou de que os adultos a achem culpada. A criança também pensa que sua mãe sabe do que está acontecendo.

Aqui novamente o silêncio da menina é proporcional ao grau de proximidade com o agressor. Quanto menor for a lealdade que sentir pelo agressor, maior a possibilidade da denúncia: fala-se menos quando o abusador é o pai natural e existe um vínculo afetivo com ele, para além do medo. O papel do medo, no entanto, não deve ser subestimado, dado que suas conseqüências vão além do temor às represálias que possam vir a acontecer a partir da denúncia. S. Ferenczi afir-

ma que “*Este medo, quando atinge seu ponto culminante, obriga-as automaticamente a se submeter à vontade do agressor, a adivinhar o menor dos seus desejos, a obedecer esquecendo-se completamente de si, e a se identificar totalmente com o agressor*” (grifado pelo autor).⁵

Muitas crianças sentem raiva e se sentem traídas pela mãe por ela não as ter protegido do abuso. Por vezes, ficam mais ressentidas com a mãe do que com o pai abusador.

O abuso sexual confronta as crianças com dolorosas percepções sobre sua impotência. Isso é reforçado nas meninas quando percebem que suas mães também estão dominadas pelos homens e são dependentes deles. Dirigir a ira na direção das mães permite às meninas romper parcialmente sua própria identificação com elas e, a partir daí, superar a vivência de impotência e sentir-se digna de proteção contra o abuso.

O silêncio da criança é modulado pelo grau de sua identificação com o agressor: ela fala menos quando o abusador é o pai natural.

Os efeitos do abuso sobre o casal parental

Perante a descoberta do abuso, uma das exigências legais é que a criança e o abusador sejam separados. A mãe, nesses casos, enfrenta, em geral, a difícil escolha entre seu companheiro ou outro membro residente da família e a criança abusada. A decisão de "cuidar", inerente à função de mãe, torna-se mais complexa, já que entram em jogo imperativos opostos entre o cuidado materno e o matrimônio.

Graham, em 1977, encontrou diferenças entre "as mulheres para as quais a maternidade é central em seu projeto de vida, sendo o matrimônio o quadro institucional para isso, e aquelas outras para as quais ter filhos é a consequência e não a razão do casamento".⁶

A reação das mães, em geral, é de maior proteção do filho quando o abusador é o padrasto ou outro membro da família, e menor quando se trata do pai biológico. Nesse momento, o novo companheiro é visualizado como alguém "de fora". O pai biológico, ao contrário, as deixa mais inseguras quanto aos seus direitos de defesa, já que a paternidade compartilhada pode reduzir sua influência numa relação desigual.

Acredita-se mais facilmente nas denúncias de crianças menores. O medo do conflito deixa as mulheres despreparadas para uma situação na qual alguém tem de ser lesado, e seu papel é escolher a vítima. As mulheres com uma idéia clara de que suas próprias necessidades e as do filho são legítimas têm melhores condições de optar pela separação de um companheiro abusivo. O abuso sexual infantil, uma vez revelado, confronta todos os que entram em contato com ele com uma *situação de perda*. Perda da sensação de normalidade, do lar e da família como lugares seguros, e ainda perda da privacidade, quando outros técnicos e profissionais

passam a estar comprometidos no caso. Globalmente, experimenta-se a intensa sensação de que toda uma visão de mundo está ameaçada, que os suportes de opinião compartilhados, a confiança e a predictibilidade de que dependem a vida e as interações cotidianas foram transtornados.

Possibilidades de intervenção terapêutica

A complexidade dessas situações e os diversos obstáculos que as atravessam conferem ao abuso sexual intrafamiliar o caráter de uma "armadilha" da qual é difícil escapar, e cujo desmonte requer forças de pensamento e de ação, vindas do espaço extra-familiar, que possam implicar-se vivamente nessa tarefa.

A *ajuda especializada* ganha aqui um papel de relevância. Está confirmado estatisticamente que a criança abusada ou a mãe buscam, em primeiro lugar, a ajuda de pessoas próximas diferenciadas, ou na escola, ou com médicos. É por isso que é tão importante ampliar o conhecimento em torno dessa problemática: isto ajuda a evitar atitudes omissas devido à angústia, ou ao despreparo perante situações que comprometem essas pessoas em seu lar familiar ou profissional.

Por *trabalho terapêutico* entendo aqui uma abordagem ampla, multi-disciplinar, na qual deveriam coexistir a psicoterapia familiar, as visitas domiciliares feitas por assistentes sociais e, sem dúvida, o lugar da lei, que deve estar presente através das varas da Infância e Adolescência. Também é necessária a abordagem terapêutica individual tanto da vítima como do agressor e, muitas vezes, de outros membros da família. Já vimos a importância do fortalecimento da figura materna para uma recuperação posterior da família como um todo. Para a vítima, é imprescindível o retorno à

escola, que é uma via fundamental de fortalecimento da identidade. Chama a atenção nessas famílias a dificuldade, se não a resistência, em socializar e aculturar seus filhos, inserindo-os no universo extra-familiar com suas normas e instituições. Essas seriam as medidas terapêuticas imediatas e diretas, dentro da situação de "crise" trazida pelo reconhecimento do abuso.

Através de minha experiência como supervisora no Centro de Estudos e Atendimento Relativos ao Abuso Sexual (CEARAS), tenho observado que um grande número de famílias apresenta alto grau de desorganização e de falta de normas. Essa diluição dos limites, poderia, talvez, orientar-nos no sentido de estabelecer uma lógica possível das intervenções, pensando nos reconhecimentos a ser promovidos, nos limites a ser colocados, nas funções a ser restabelecidas ou até "preenchidas" desde algum lugar exterior à própria família. Promover falas que possibilitem a recuperação de sentido das experiências vividas mas não processadas, ajudando na elaboração das "perdas e danos" narcísicos permite prevenir a recaída das vítimas em culpabilizações melancólicas e principalmente em esquecimentos-recusa, que predis põem para à repetição. Este é um dos aspectos mais importantes em que uma intervenção e uma escuta de tipo analítico podem contribuir ao trabalho terapêutico. ■

NOTAS

1. S. Leclair, *O Corpo Erógeno*, São Paulo, Editora Escuta, 1992, p. 120.
2. D. Glaser e S. Frosh, *Abuso Sexual de Niños*, Buenos Aires, Editora Paidós, 1997, p. 41.
3. S. Ferenczi, *Escritos Psicanalíticos 1909-1933*, Taurus Editora, Rio de Janeiro, p. 353.
4. C-A. Hooper, *Madres sobrevivientes al Abuso Sexual de sus Niños*, Buenos Aires, Ediciones Nueva Visión, 1994, p. 27.
5. S. Ferenczi, *op. cit.* p. 352.
6. H. Graham, "Women's attitudes to conception and pregnancy", em R. Chester e J. Peel (eds), *Equalities and Inequalities in Family Life*, London, Academic Press, 1977, citado por C-A. Hooper, *op. cit.* p. 143.